



JUSTIÇA

Direção-Geral da Política de Justiça

Aviso n.º 17888/2019

Sumário: Recrutamento de quatro técnicos superiores (m/f), para o exercício de funções, em regime de mobilidade na categoria, na área do planeamento estratégico e avaliação da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

Recrutamento de quatro técnicos superiores (m/f), para o exercício de funções, em regime de mobilidade na categoria, na área do planeamento estratégico e avaliação da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça

Torna-se público que, a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar quatro Técnicos Superiores (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, para o exercício de funções na área do planeamento estratégico e avaliação da mesma Direção-Geral, em regime de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos, caracterização e perfil a seguir discriminados:

I — Requisitos de admissão:

- a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- b) Ser detentor da carreira/categoria de Técnico Superior.

II — Caracterização dos postos de trabalho a ocupar: Exercício de funções na área do planeamento estratégico e avaliação, de acordo com as atribuições e competências definidas no Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho, na Portaria n.º 389/2012, de 29 de novembro, no Despacho n.º 16290/2012, de 21 de dezembro, e no Despacho n.º 4128/2015, de 24 de abril, do diretor-geral da DGPJ.

III — Perfil pretendido:

- a) Ser detentor de Mestrado ou Licenciatura nas áreas de Economia, Sociologia, Gestão de Informação, Ciência de Dados, Estatística ou áreas afins;
- b) Capacidade de trabalho com ferramentas de exploração de dados e de planeamento.

IV — Requisitos preferenciais:

- a) Experiência de trabalho com análise de dados e *business intelligence*;
- b) Formação ou experiência em contabilidade pública;
- c) Conhecimento da administração da justiça.

V — Local de trabalho:

Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3, Campus de Justiça, 1990-097 Lisboa.

VI — Prazo e forma de apresentação de candidaturas:

Os interessados deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar por correio eletrónico requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detêm, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo



montante remuneratório, acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado e assinado, mencionando como referência/assunto «Recrutamento por mobilidade», dirigido a:

Diretor-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça
(procedimento de recrutamento — Planeamento e avaliação)
correio@dgpj.mj.pt

VII — Métodos de Seleção:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.

A referida análise curricular tem carácter eliminatório. Apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados para a realização da referida entrevista profissional de seleção.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 217924000/Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

18 de outubro de 2019. — O Diretor-Geral, *Miguel Romão*.

312690938